



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

HOMEM, CIDADE E NATUREZA: UTOPIAS ECOLÓGICAS NO DESENVOLVIMENTO DAS
TEORIAS E PRÁTICAS URBANÍSTICAS

Antonio Manoel Nunes Castelnou Neto (UFPR) - castelnou@ufpr.br

Arquiteto e Engenheiro Civil, Professor do Departamento de Arquitetura - UFPR

Introdução

Por incontáveis vezes na história, o ser humano manteve a ilusão de que seria capaz de criar uma versão terrena do “paraíso celeste” ou cidade perfeita, cujo traçado ou funcionamento garantiriam verdadeiros milagres. Contudo, o ataque corrosivo da realidade fez com que esses modelos desmoronassem; e tais sonhos e aspirações acabaram nunca se afastando de meras utopias, ora de mentes individuais criativas ora de toda uma coletividade. Embora o termo “utopia” tenha se difundido a partir do Renascimentoⁱ, seus pressupostos já estavam presentes nos primórdios da humanidade, já que a imaginação utópica pode ser entendida como uma função própria e constante da mente humana, que luta pela materialização de um desejo, tornando-se enfim um projeto de ação.

Particularmente interessante é a questão de qual papel a natureza desempenhou dentro dessas imagens ideais de sociedade; ou como a relação entre homem e meio ambiente foi tratada nessas inúmeras propostas de cidades hipotéticas ou ainda projetos de espaços a partir da idéia do que seria verdadeiramente uma vida urbana de qualidade. Foi sobretudo após a década de 1970 que as discussões sobre a natureza e seus vínculos com a humanidade passaram a ocupar uma posição destacada no contexto das diversas sociedades que compõem o mundo globalizado. Os questionamentos mais frequentes situam-se em termos de até que ponto se deveria – ou se poderia – “domar” a natureza; se seria permitido submetê-la inteiramente aos planos e projetos do ser humano, manipulando-a e dirigindo-a em função de seus interesses; ou, ao contrário, se não se deveria submeter a limites estabelecidos pelo próprio homem, respeitando-a até ao ponto de renunciar ao progresso.

Busca-se aqui apresentar considerações sobre a presença do ideal utópico no pensamento urbanístico, em especial das chamadas “utopias ecológicas” – ou *ecotopias*ⁱⁱ –, as quais podem ser entendidas, de forma abrangente, como expressões de valores individuais e/ou coletivos que intentam, conscientemente ou não, concretizar ideais de bases ambientalistas. Desde o último quartel do século XX, os homens despertaram para a crise ecológica e suas repercussões tanto no equilíbrio do meio ambiente – seja em nível local como em escala global –, como também nos processos socioeconômicos e políticos, nos quais o atual modelo de desenvolvimento tornou-se questionável. Tal discussão atingiu todas as esferas, inclusive a dos arquitetos e urbanistas, que cada vez mais se vêem inseridos nessa problemática que se constitui no grande desafio deste milênio, convocando a todos para uma nova forma de pensar suas ações. Procura-se, de modo introdutório, pontuar algumas referências teóricas e exemplos históricos que ilustrem essa busca de (re) aproximação entre sociedade e natureza, partindo de um panorama geral da evolução do papel das utopias nas idealizações do espaço urbano até focar os principais movimentos ecotópicos do final do século passado.

Da Utopia Platônica à Ilustração

São incontáveis os trabalhos que versam sobre a utopia, cujo significado acabou se ampliando e diversificando no decorrer dos tempos. Na linguagem cotidiana, o termo relaciona-se quase sempre à fantasia ou projeto cuja realização seria impossível. Neste sentido, a história do pensamento social fornece muitos exemplos de doutrinas que receberam a alcunha de “utópicas” por se mostrarem impraticáveis dentro das condições concretas de sua época. A palavra também costuma ser aplicada a qualquer visão de uma sociedade melhor sem que se leve em consideração a questão da chance que esta tem de ser ou não realizada, aproximando-se assim do conceito de “ideal”.

Há também aqueles que acreditam que utópico não seria o pensador que aspira a uma sociedade igualitária, mas aquele que a projeta em detalhes. Outros chamam de utópicos somente os sistemas de pensamento originários de invenção puramente intelectual, desligados do movimento vivo das massas e das experiências reais da luta revolucionária. Qualquer uma dessas concepções de utopia – como fantasia, ideal ou experimento mental – não deve ser vista necessariamente como exclusiva, já que todas abordam o problema de um ângulo diverso para melhor compreendê-lo. Há sempre uma profunda dissonância entre utopia e realidade, pois o utopista não aceita o mundo que encontra; não se satisfaz com as possibilidades existentes; e sonha, antecipa, projeta, experimenta. A utopia surge quando na consciência nasce uma ruptura entre o que é e o que deveria ser; entre o mundo que é e o que pode ser pensado (SZACKI, 1972; CARANDELL, 1974; PAQUOT, 1999).

O projeto utópico considerado o primeiro cronologicamente a se apresentar no Ocidente sob a forma de um sistema, ordenado e extensivo, foi o de Platão (427-347 a.C.), formulado no século IV a.C. e alicerçado em três de suas obras: *A República*, que descrevia a *polis* ideal; *As Leis*, onde se retratava uma sociedade sob o império da Lei, mais do que uma sociedade ideal; e *Crítias*, um diálogo inacabado em que se fez menção à Atlântida. Em um período que Atenas atravessava momentos críticos, o filósofo imaginou um Estado ideal baseado na justiça. Sem oferecer a descrição de uma cidade ideal realizada imaginariamente ou a visão de um país com seus costumes e habitantes no exercício de atividades concretas, Platão situava seu tema no plano dos princípios, ou seja, analisava teórica e filosoficamente o que seria uma “cidade justa”.

Cerca de um século antes, Lao-Tsé (c.570-490 a.C.) criou a doutrina conhecida como *taoísmo*, a qual ensinava que todo o mal do mundo resultava do abandono de *tao* (“caminho; virtude”), ou seja, a ordem universal do mundo, que governa a natureza e a moral. Para ele, ser moral seria viver de acordo com *tao*, que, quando abandonado, fazia a

justiça desaparecer. O filósofo definia a utopia de um Estado pequeno com um povo pouco numeroso, no qual, mesmo que existissem centenas de instrumentos, estes permaneceriam sem uso; mesmo que houvesse muitos barcos e carros, que ninguém neles viajaria; e ainda que tivessem armaduras e armas, ninguém lutaria.

A importância desses tipos de utopia – seja do ensino de Platão sobre o Estado perfeito, seja da idéia de ordem universal do taoísmo – está no fato de terem fornecido as bases filosóficas para muitas utopias, que se tornaram bastante frequentes desde então, em especial aquelas que construía modelos fictícios da sociedade ideal. Exemplificando, nas primeiras idealizações cristãs do “paraíso terrestre” – o reino de Deus na Terra –, feitas pelos pensadores medievais, como Santo Agostinho (354-430 d.C.) em *De Civitate Dei* (*Cidade de Deus*, 413/27), tais modelos correspondiam de modo geral a alguma concepção sobre as necessidades permanentes da natureza humana; ou sobre as exigências de uma organização social racional, concepção que funcionava na consciência ou não do utopista.

O desaparecimento da economia exclusivamente baseada na propriedade da terra, assim como a emancipação dos servos, o surgimento da burguesia e o renascimento das cidades, entre outros fatos, favoreceram o nascimento de novas utopias, inclusive a criação de comunidades onde seria abolida toda propriedade e até mesmo suprimidas a monogamia e a paternidade. No século XV, a descoberta do Novo Mundo permitiu que muitos grupos utopistas se trasladassem para o “paraíso ocidental”, de modo a implementarem uma vida conforme suas idéias, assim como ofereceu numerosos exemplos de vida idílica entre as diversas tribos indígenas encontradas. Apareceu mais forte do que nunca os mitos da *Idade do Ouro*; do “paraíso terrestre” que parecia realizar-se no Peru, na Califórnia e em outras paisagens naturalmente riquíssimas da América. Explodiram as utopias de lugar, nas quais se descreviam locais inexistentes, mas possíveis ao longo da fronteira que dividia o mundo conhecido do desconhecidoⁱⁱⁱ.

Foi justamente a partir da Renascença que a imagem do verde vinculou-se definitivamente às preocupações sociais por um ambiente urbano de qualidade, incorporando elementos naturais como a arborização e a água no cotidiano das cidades (LENOBLE, 2002). No século XVI, por exemplo, Thomas Morus (1478-1535), através de sua obra fundamental, *Utopia* (1516), propunha a idealização de 54 cidades (*civitas*), descrevendo, na principal delas, a presença da água delimitando-a, com florescentes jardins e o cinturão do campo. De motivações essencialmente econômicas, seu trabalho possuía raízes platônicas, defendendo a propriedade coletiva e a prática agrícola. Tal busca pela *cidade ideal* já tinha sido antecipada pelo projeto de *Sforzinda*, em 1460, realizado por Filarete (1400-69); uma utopia de lugar que já apresentava a forma circular como a preferida pelos ideais utopistas, de bases cósmica e metafísica, por analogia à esfera infinita da

criação divina. O círculo passava a significar a redenção da sociedade; emblema da perfeição, equilíbrio e eternidade, e também daquilo que é “natural”. Sua forma constituiu-se na preferida dos renascentistas, além de surgir em praticamente todos os projetos utópicos do período (ROSENAU, 1988).

Ao mesmo tempo em que os tratados urbanísticos eram também tratados reais de política, pregando a necessidade das cidades serem construídas conforme a Razão e à medida dos homens, faziam paradoxalmente alusão à vida mais livre e harmoniosa. Retomando livremente conceitos aristotélicos, os textos de Leon B. Alberti (1404-72) explicavam muito do tratadismo do período, apresentando a arquitetura como a “arte das artes”, unificadora e rainha de todas as demais. Igualmente influentes foram os escritos deixados por Vitruvius (c.90-20 a.C.), cuja obra – “descoberta” em 1412, mas impressa em 1521 – passou a influenciar todos os arquitetos da Renascença, tornando-se um verdadeiro texto sagrado àqueles que queriam basear seus projetos na Antiguidade clássica. Para ele, a cidade ideal teria planta octogonal – novamente, a simetria radial – e seria rodeada de muralhas, por motivos não somente defensivos, mas também meteorológicos.

Com a Reforma na Alemanha e o fato de várias Repúblicas do Norte da Itália usufruírem a liberdade, idéias igualitárias acabaram se espalhando e vários textos utópicos passaram a ser publicados no decorrer século XVI, tais como *I Mondi i gli Inferni* (1552), de Anton F. Doni (1513-74) e *La Città Felice* (1553), de Francesco Patrizi (1529-97). A utopia urbana de Tommaso Campanella (1568-1639), expressa através de *Civitas Solis: La Città del Sole* (1602), reorganizava as idéias de Platão e Morus; e propunha uma cidade utópica baseada em um racionalismo que excluía a idéia de progresso, congelando o nível de vida e a satisfação pessoal envolvida pelo trabalho e pela religião (CAMPANELLA, 2002).

Nessa época, Francis Bacon (1561-1626) destacava-se como inovador das ciências: frente ao *Organon* aristotélico pelo qual se regiam todos os filósofos medievais, escreveu o *Novum Organon*; e diante da Atlântida, ou melhor, a América que havia servido de modelo a Morus e outros utopistas baseados no “estado natural” do homem, redigiu *New Atlantis* (1627), no qual apresentava uma sociedade regida pelos cientistas, que se dedicavam ao acúmulo de conhecimento sobre a natureza. Já a ilha de *Christianopolis*, lugar utópico a que imaginava chegar como náufrago Johann Valentin Andreæ (1586-1642), era uma república de trabalhadores cristãos que viveriam em igualdade, desejando a paz e renunciando às riquezas. A cidade, caracterizada em *Reipublicæ Christianopolitanæ Descriptio* (1619), estaria dividida em zonas industriais; e os trabalhadores aspirariam conscientemente em aplicar a ciência na produção, com o que lograriam um sistema eficiente. Sistematizando as idéias de Morus e Bacon, Andreæ dizia que ser sábio e trabalhar não eram incompatíveis, se houvesse moderação.

Depois dessas três grandes utopias após Morus – as de Campanella, Bacon e Andreæ –, muitas outras obras foram escritas no decorrer do século XVII, destacando-se *The Commonwealth of Oceana* (1656), de James Harrington (1611-77), que, dirigida ao reformador Oliver Cromwell (1599-1658), propunha que renunciasse ao poder e instaurasse uma República livre, na qual a propriedade não seria nem dos indivíduos nem do Estado, mas das classes ou estratos sociais. Já *Paradise lost* (1667), de John Milton (1608-74), pode ser considerada uma utopia religiosa situada no passado, mas que se colocava como proposta para uma revolução espiritual de toda a sociedade^{iv}.

A partir do século XVII, as utopias passaram a falar de lugares diferentes, apontando para ideais sociais, sistemas de valores, nostalgias e esperanças. Surgiram as que consideravam que só no campo seria possível viver verdadeiramente, cultivar sentimentos puros e desenvolver instintos nobres. Para elas, a cidade desmoralizava, enquanto o verde preservava intactos os traços mais preciosos do homem. Este lugar “maravilhoso” aparecia aos homens sob inúmeras formas, buscado além do planeta ou nos cantos mais longínquos, na imaginação e na realidade, em lugares mal definidos ou em regiões bem conhecidas: a conquista do Novo Mundo era também o abandono do velho, através de uma fuga utópica em direção daquilo que era “natural”; ou ainda, “selvagem”.

Para compreender essa espécie de “nostalgia” – e conseqüente aspiração coletiva – em relação à vida no campo, torna-se fundamental imaginar como se encontrava a realidade urbana naquela época, esta marcada por inúmeras transformações derivadas da passagem da economia mercantil para a industrial, com todas as repercussões que este fenômeno representava sobre o território europeu. O surgimento de uma classe totalmente privada de propriedade e sua subordinação aos instrumentos de trabalho conduziram, em um primeiro momento, ao abandono literal do campo em direção ao centro urbano, fazendo surgir as primeiras grandes cidades. Somam-se a isso os próprios mecanismos de urbanização recorrentes e a lógica construtiva das áreas periféricas, que promoviam o estabelecimento de uma nova paisagem (MONESTIROLI, 1993).

A concepção de “estado natural” foi uma das formas particulares de maior importância no pensamento utópico da humanidade. Embora a idéia de que os homens que viviam perto da natureza eram mais felizes do que os civilizados ser bastante antiga – presente desde o tempo dos sofistas –, ela tomou força sem igual a partir do século XVIII. A comparação do estado social existente com um suposto estado natural permitia demonstrar que esta ou aquela instituição era perniciosa e até desnecessária. Imaginaram-se diversas formas para o “estado natural”, o que variou conforme as concepções políticas de seus autores que ora aboliam a propriedade privada quiçá o próprio Estado, ora defendiam a ausência de luxo e sofisticação em prol da simplicidade – ou “naturalidade” – das relações

entre homens e mulheres. Tais qualidades foram combinadas das mais variadas formas, pois se atribuía à “infância da humanidade” as aspirações e ideais da sociedade em que viviam os pensadores idealistas, dos quais se destacaram M. Morelly (1717-78), através de *Le Code de la Nature* (1755), em que propunha a cidade utópica de Basiliade; Voltaire (1694-1778), com sua novela *Candide* (1759), em que apresentava a utopia de *El Dorado*; e, principalmente, Jean-Jacques Rousseau (1712-78), autor de *Emílio* (1762), considerada a maior utopia pedagógica de todos os tempos, influenciando todo o pensamento romântico.

Como alternativa radical à cidade de alta densidade, surgiu na *Ilustração* a idéia da cidade dispersa na natureza, que estabelecia com esta uma relação muito íntima e que, pode-se dizer, “adaptava-se” àquela. Este mito, bastante recorrente na arte e arquitetura do período, apareceu claramente nas formulações utópicas de Étienne-Louis Boullée (1728-99) e Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806), que buscaram a “imagem da perfeição” através de propostas de casas isoladas imersas na paisagem. Paralelamente, a cidade ideal passou a ser pensada em termos de uma nova geometria da natureza, fundamentada na Razão ideal, que propunha a possibilidade de reordenação das coisas através da força transformadora da sociedade. Foi Ledoux quem projetou, em 1774, a primeira cidade ideal da era industrial, *La Saline de Chaux*, perto de Besançon, na França.

Seu projeto mantinha um delicado equilíbrio entre hierarquia e igualitarismo, no qual caminhos, ruas e avenidas mesclavam-se com a natureza em uma “cidade-parque” unindo todos os edifícios entre si. No bosque, largas avenidas de árvores conectavam os vazios e triangulavam os centros de atividade social, em uma proposta totalmente anti-romântica. Ledoux fez uma escolha fundamental, a qual abriria uma via para a definição da forma da cidade moderna e que se tornou uma alternativa para o centro urbano de alta densidade: a *cidade dispersa na natureza*, onde o tipo de moradia principal seria a residência individual isolada em contato direto com a paisagem natural.

Sublinha-se aqui a nova atitude científica em relação à natureza que se estabeleceu e foi decisiva para a constituição dos ideais utópicos desde então. O mundo natural e exterior era entendido como o lugar de origem do homem, de seus sentimentos primários e das formas primitivas de sua civilização; e também da construção. Tornou-se o local das emoções elementares que deveriam ser analisadas e reproduzidas na arte e arquitetura; e, principalmente – o que marca uma ruptura com o Renascimento – seu conhecimento científico fundamentar-se-ia na diferenciação entre “essência” e “aparência”, levando-se à consciência de que se deveria indagar sobre os fenômenos constitutivos das formas naturais. Se na Renascença, a natureza media-se e descrevia-se continuamente – como um todo orgânico e harmonioso – na *Ilustração*, passou-se a procurar suas “leis constitutivas”: os arquitetos buscavam no mundo natural o que se ocultava atrás de suas formas e que

suscitava nossas sensações, ou seja, a sua “essência”, a qual se expressava através dos conceitos de regularidade, harmonia e simetria, que se converteram nos “instrumentos” de representação de um ideal (MONESTIROLI, 1993).

Do Socialismo Utópico ao Funcionalismo

Apesar da Revolução Francesa ter representado uma grande vitória dos ideais burgueses e proletários sobre a aristocracia, ainda se mantiveram a diferença entre as classes e a injustiça social, o que conduziu ao surgimento do *socialismo utópico*, o qual se encarregou de explicar e ensinar que a igualdade política somente poderia ser alcançada mediante a econômica. Todos seus expoentes, entre os quais François-Noël Babeuf (1760-97) e Claude Henri de Saint-Simon (1760-1825), partiram da hipótese de que o homem no “estado natural” era bom e que o aparecimento da propriedade, em tempos remotos, foi o que lhe corrompeu. Empenharam-se em estabelecer um novo sistema em que o Estado regularia a vida individual e as atividades industriais; ou ainda onde todos os homens colaborariam entre si livre e voluntariamente.

A humanidade depositava definitivamente sua fé no progresso. Ou melhor, a história – imaginada pelos antigos como uma série de ciclos que se repetiam – passava a ser concebida como algo que tem início e fim. Isto foi influenciado pela afirmação crescente do cristianismo, que apontava a destinação da vida em direção à salvação eterna, assim como reforçado pelas teorias evolucionistas, mas, sem dúvida, foi o Iluminismo que estabeleceu finalmente a concepção de um desenvolvimento histórico linear. Ainda que grandes sistemas histórico-filosóficos organizados em torno da questão do progresso tenham sido relativamente raros no século XVIII, praticamente todos os iluministas possuíam a fé em que o mundo aperfeiçoar-se-ia gradualmente e em que tudo se encaminharia para o melhor^v.

Entretanto, os efeitos catastróficos da industrialização sobre as principais cidades européias pareciam apontar em outra direção, fazendo crescer em número e intensidade as distinções entre as vidas urbana e rural. Aos poucos, a idéia da cidade “naturalizada” passou a ser considerada como um modo de terapia para o homem urbano e buscou-se transformar a cidade “enferma”, passível de intervenções, em nome da higiene e bem-estar humanos. Paralelamente, negando-se as cidades industriais existentes, vários pensadores formularam teorias utópicas, cujas linhas de pensamento serviriam ainda hoje como apoio para uma ação consciente de reforma da paisagem urbana.

Os planejadores socialistas utópicos – ou também chamados de “pré-urbanistas” (CHOAY, 1992) – viriam a manifestar sua fé e vontade na transformação da sociedade na forma de cidades ideais ou comunidades-modelo que, embora diversas, praticamente apresentaram uma estrutura espacial comum. Para eles, o conceito de espaço opunha-se à

velha ordem das coisas, ou seja, seu padrão espacial não se baseava na continuidade dos sólidos, mas na continuidade dos vazios, de onde elementos construídos deveriam emergir separadamente. Deste modo, ar, luz e vegetação passariam a ser os símbolos do progresso; e a dispersão considerada essencial para a higiene física e mental, explicitando-se aqui as influências do pensamento de Platão e Morus (GUIMARÃES, 2004).

Entre os grandes exemplos está Robert Owen (1771-1858), um reformador galês que elaborou um sistema baseado na cooperação mútua e na autogestão de bens. Em *A New Vision of Society* (1813), defendia a idéia de que era necessário reconstruir o ambiente a serviço do homem, antes de se pensar em qualquer vantagem econômica, individual ou política. Assim, propôs um modelo ideal de convivência, no qual as habitações seriam agrupadas em volta de um grande espaço, onde se localizariam os edifícios comunitários, explicitado através da proposta de *New Harmony* (1824/6), implantada em Indiana, EUA. Analogamente, o francês Charles Fourier (1772-1837) também desenvolveu uma proposta de cidade ideal, *La Falange*, a qual seria desenvolvida em anéis concêntricos, partindo de um núcleo comercial e administrativo, circundado pela área industrial e esta, por sua vez, pelo setor agrícola. Sua comunidade pode ser definida como um modelo de habitação coletiva, de oficinas-modelo e construções rurais-tipo (CHOAY, 1992; BENEVOLO, 1998).

Em 1849, James S. Buckingham (1786-1855) publicou em Londres sua obra intitulada *Males Nacionais e Medidas Práticas com um Plano de uma Cidade-Modelo* (1849), na qual propôs uma nova cidade, cujo protótipo, Victoria, consistiria em um quadrado de uma milha de lado destinado a abrigar 10.000 pessoas. Sua proposta previa uma explícita divisão de classes sociais, a qual se refletia no traçado urbanístico, em que sete fileiras concêntricas segregavam as residências dos operários que viveriam na periferia, próximos às fábricas, situadas no espaço externo à cidade. Seus principais objetivos seriam o de unir o máximo grau de ordem, espacialidade e higiene, com a máxima abundância de luz e ar, além de um perfeito sistema de esgotos, com conforto e convivência de todas as classes (KOSTOF, 1991).

Ao se mudar para Londres, em 1834, o francês Étienne Cabet (1788-1856) conheceu Owen e, influenciado pelas idéias de Morus e Rousseau, entre outros, lançou *Voyage en Icaria* (1842), onde apresentava uma nação utópica dividida em 100 províncias; e cada uma delas possuindo dez distritos municipais, sendo que no centro de cada um destes haveria uma capital. A cidade de *Icaria* era formada por ruas amplas, rodeadas de jardins e com quarteirões formados por 15 casas iguais, onde a vida humana seria muito organizada e toda a propriedade – seja da terra, das casas ou das indústrias – pertenceria ao Estado. O produto do trabalho seria dividido equitativamente entre os trabalhadores, as roupas uniformizadas e a educação baseada no ensino de um ofício (CASTELNOU, 2005).

Ainda no pré-urbanismo utópico, deve-se citar a *Ciudad Lineal*, do espanhol Arturo Soria y Mata (1844-1920), idealizada a partir de 1882. Ele, ao contrário da maioria dos utopistas, acreditava que a maior causa dos problemas urbanos era a configuração “circular” das aglomerações; assim, o princípio básico de sua proposta passou a ser a adoção do formato linear como mecanismo para a resolução de problemas como a especulação imobiliária, os congestionamentos e a marginalização da população periférica. Seu modelo ideal – publicado pelo jornal madrileno *El progreso* – eliminava a distinção entre centro e periferia já que se caracterizava em um único e “contínuo cinturão urbano, paralelo às linhas de transporte, para ligar os centros históricos mais antigos” (MUMFORD, 2001, p.460).

Na passagem para o século XX, várias obras utópicas começaram a questionar a ordem corrente e se propuseram a desvendar um futuro fantástico, no qual os problemas urbanos e sociais seriam ou não finalmente resolvidos^{vi}. Contudo, no utopismo sociopolítico expresso pela cidade oitocentista, a proposta mais contundente de integração entre cidade e natureza foi o modelo representado pelas “cidades-jardim”, idealizadas por Ebenezer Howard (1850-1928) e expostas através do livro *Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform* (1898), mais tarde reeditado como *Garden-Cities of Tomorrow* (1902). Buscando integrar campo e cidade, Howard acreditava que todas as vantagens da vida mais ativa no meio urbano e toda a beleza e delícias do meio rural poderiam estar combinadas de modo satisfatório, por meio de um novo modelo urbano. Em 1899, fundou a *Garden City Association*, procurando aplicar na prática seus conceitos, os quais não passavam de esquemas teóricos. A materialização de suas idéias somente foi levada a cabo com Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947), os quais criaram várias “cidades-jardim”, como *Letchworth*, implantada na Inglaterra em 1903 (BENEVOLO, 1998). Posteriormente, tal modelo urbano foi transferido para os EUA por Henry Wright (1878-1936) e Clarence Stein (1882-1975) que, em 1929, fundaram *Radburn*, na periferia de Nova York (RYKWERT, 2004).

A ampla difusão do conceito de “cidades-jardim” em todo mundo também se deu devido à disseminação do salubrismo durante o século XIX, a partir do qual a reintegração do homem à natureza revestiu-se de considerações sanitárias, de higiene e de qualidade de vida. Se, em um primeiro momento, representava o retorno ao Éden e às características inerentes ao ser humano, as quais haviam sido “pervertidas” pelo processo civilizatório, a incorporação de áreas verdes às propostas utópicas refletia o desenvolvimento da medicina científica. De locais de contemplação e reaproximação com o mundo natural, os jardins e parques urbanos passaram a adquirir conotações funcionalistas, que iam desde os interesses científicos e de colecionismo burguês – como atesta o surgimento dos primeiros parques e jardins botânicos na Europa e nos EUA –, até as justificativas sanitárias e

higienistas que, junto às preocupações com ventilação e iluminação natural, começaram a se tornar frequentes nas idealizações dos urbanistas do início do século passado.

Por exemplo, a *Citté Industrielle* de Tony Garnier (1869-1948), proposta entre 1901 e 1904 – mas somente publicada em 1917 –, já se distinguiu pelo espaço verde, que separava a zona residencial da comercial; pela distribuição ordenada de atividades, o que setorizava a cidade em áreas distintas – prenunciando o *zoning* moderno –; e ainda por seu sistema de transportes organizado em eixos. Posteriormente, em parte influenciado pela idéia das *garden-cities*, mas guiado principalmente pelo progressismo, Le Corbusier (1887-1965) também propôs seu modelo utópico, quando apresentou em 1922 *Une Ville Contemporaine*; um centro urbano para 3.000.000 habitantes, estrategicamente dividido em três setores distintos, que seriam delimitados por cinturões verdes e interligados pelos transportes.

Enquanto o desenvolvimento do urbanismo anglo-saxão fundamentou-se, quando da passagem do século XIX para o XX, nos modelos de “cidades-jardim” e subúrbios, as propostas urbanas centro-européias, especialmente aquelas feitas até a Segunda Guerra Mundial, guiaram-se através do idealismo racionalista, no qual a imagem recorrente era da “cidade-máquina”, capaz de abrigar e modelar uma homogeneidade de modos de vida e de consumo; reduto do ciclo capitalista de produção e reprodução social. Traçadas a partir de princípios geométricos; e baseadas em conceitos funcionalistas, as cidades modernas corbusierianas – como o *Plan Voisin* para Paris (1925) e a proposta de *La Ville Radieuse* (1935) –, não eram mais que espaços abstratos, em que a apreensão da natureza passava a ser de apenas mais um elemento superficial de composição urbana, de justificativas exclusivamente higienistas e/ou estéticas (HALL, 2002).

Em contrapartida, outra importante corrente do urbanismo utópico expressou-se através de uma abordagem “antiurbana”, que buscava a integração da cidade com o meio natural, prosperando especialmente nos EUA. Tendo como principal modelo a *Broadacre City*, sintetizada por Frank Lloyd Wright (1869-1959) em *The Disappearing City* (1932), propunha a solução dos problemas da cidade através da dispersão dos seus espaços no meio natural. Essa total dissolução das funções urbanas, que seria respeitada integralmente, ocorreria paralelamente ao predomínio absoluto da horizontalidade das edificações e na baixa densidade urbana. O projeto dessa “nova cidade” caracterizar-se-ia ainda pela presença de pequenas unidades isoladas, ligadas por vias rápidas, onde ocorreriam às atividades culturais e profissionais. Devido a este modelo, nos anos 30 e 40, Wright tornou-se definitivamente o profeta da descentralização urbana e do chamado *Back-to-nature Movement* (RELPH, 2002).

Eclosão das Utopias Ecológicas

Na segunda metade do século passado^{vii}, a relação entre cidade e meio ambiente voltou a ser debatida, ao mesmo tempo em que os princípios do urbanismo moderno, da standardização e do zoneamento funcional passaram a ser questionados, dada a situação catastrófica das metrópoles e de alienação do homem contemporâneo. A segregação espacial, tanto étnica quanto social, nas grandes concentrações urbanas, assim como os problemas decorrentes de uma postura predadora em relação à natureza, fizeram com que se testemunhasse a insensatez dos propósitos da Razão ocidental. Da mesma forma, surgiram críticas à suburbanização da cidade americana, alegando sua monotonia latente e forte ênfase ao individualismo, além de escritores como Lewis Mumford (1895-1990) criticarem o modelo wrightiano pelo seu suposto desfavorecimento de interações humanas.

Após a abertura interdisciplinar que ocorreu na área do planejamento urbano e o amplo desenvolvimento da geografia humana, ocorridos entre as décadas de 1940 e 1950, os anos 60 e 70 foram marcados pela eclosão mundial de “tecnotopias” e, principalmente, das “ecotopias”, as quais marcaram o quadro da evolução do pensamento utópico do século XX. A idéia de assentamentos humanos sociais e ecologicamente sustentáveis ganhou finalmente força a partir desses movimentos e, em especial, a *Contra-Cultura*, que apresentou ao mundo comunidades alternativas, embasadas no desejo de se abandonar um modelo de vida dominante e apontar um possível caminho para a sustentabilidade urbana. Desde então, uma nova geração de arquitetos apresentou a utopia como resposta ao descontentamento produzido pela situação da arquitetura e urbanística modernas.

Suas proposições – na maioria inviáveis – serviram contudo de germe do futuro, associando algumas aspirações físico-espaciais com possibilidades científico-tecnológicas, as quais poderiam ser viáveis em um futuro próximo. Denominou-se *tecnotopia* o conjunto dessas propostas que, baseando-se em parâmetros técnico-construtivos, criou espaços fantásticos, especialmente por meio do grupo *Metabolista* – representado por arquitetos japoneses, entre os quais Kiyonori Kikutake (1928-) e Kisho Kurokawa (1934-2007) –, e pelo *Archigram*, grupo inglês composto por Warren Chalk (1927-87), Ron Herron (1930-95) e Peter Cook (1936-), entre outros. A utopia explodiu em consequência da crise que atingia a profissão do arquiteto, além dos debates sobre a preservação de centros históricos e a falência do modelo moderno. A arquitetura tecnotópica fez pesquisas sobre novas tecnologias e agenciamentos espaciais, acabando por influenciar toda a produção ficcional, em especial, a televisão e o cinema dos anos 60 em diante. Propunha espaços variáveis e multifuncionais, principalmente através da reciclagem de elementos móveis, que seriam agregados a estruturas primárias fixas, normalmente destinadas à circulação e serviços; além de criar megaestruturas adaptáveis por encaixes, deslizamentos ou acoplamentos; e

emprego de películas pneumáticas móveis e “células” sintéticas. Criticados por desconsiderarem os pontos de vista de sociólogos e psicólogos, os tecnóticos propuseram uma metodologia pseudocientífica que incentivava escolhas libertadoras em prol da fundação de uma civilização urbana não-alienada.

Por sua vez, o *Back-to-the-Land Movement* consistiu em um fenômeno social norte-americano que se iniciou nos anos 60, caracterizado pela migração das cidades em direção ao campo, cujo apogeu aconteceu em meados da década de 1970. Este movimento revelou-se particularmente interessante pelas estatísticas do período, que demonstraram um aumento bastante significativo do êxodo urbano nos EUA. Por várias razões, entre as quais influências literárias^{viii}, as pessoas começaram a achar que, vivendo na cidade ou subúrbio, faltava-lhes alguma familiaridade com os princípios básicos da vida, como as fontes naturais de alimentação ou um maior contato com a natureza. Além disso, recusavam alguns aspectos negativos da vida moderna, como consumismo em excesso; falhas do governo e sociedade, como a *Guerra do Vietnã* (1957/75); e preocupação crescente com a poluição do ar e água. Somaram-se o escândalo de *Watergate* e as crises energéticas de 1973/75. Rejeitando a resignação ou a luta, os *back-to-landers* aspiraram pela reconexão com o mundo natural, voltando a viver no campo e transformando-se em trabalhadores autônomos de uma indústria caseira, construindo sua própria casa e produzindo seu alimento. Preferindo-se fontes energéticas alternativas, passaram a adotar a queima de lenha e a energia solar; práticas que evoluíram para a produção de energia por turbinas eólicas e captação por células fotovoltaicas, alcançando níveis de eficiência e sustentabilidade^{ix}.

Não houve nenhum evento que marcou o final dessa era – a qual foi bastante caracterizada pela utopia e crise –, mas um fator que acelerou seu desgaste foi o aumento de custo das propriedades rurais, situação bastante diferente dos preços baixos encontrados no início do movimento, assim como a falsa ilusão, transmitida pela crescente prosperidade das grandes cidades, de que os problemas sociais haviam acabado e a vida urbana melhorado, o que aconteceu em plenos anos 80. Ao invés disto, cresceu o interesse pela *green architecture*, da mesma forma que se difundiu, embora em escala que não possa ser considerada uma “onda”, a criação de “comunidades ecológicas” – ou *ecovillages* – em todo o mundo, que procuram associar elementos rurais e urbanos no intuito de organizar comunidades sustentáveis.

Foi justamente em 1970 que o arquiteto e urbanista visionário, de origem italiana, Paolo Soleri (1919-) cunhou o termo *arcology* (“arcologia”), resultado da junção das palavras “arquitetura” e “ecologia”, especialmente para descrever seu maior projeto, *Arcosanti*, um edifício extrema e suficientemente grande para manter uma ecologia interna, assim como uma alta densidade populacional. Seu conceito baseava-se na idéia de que a urbanização

estaria reivindicando cada vez mais uma maior extensão da Terra, a qual deveria ser usada de forma mais sábia e menos impactante (SOLERI, 1983). Em *Arcology: The City in the Image of Man* (1970), descrevia os modos de compactação das cidades em três dimensões, combatendo as soluções propostas por planos bidimensionais.

Com o despertar ecológico da década de 1970, a *ecotopia* passou a ser uma das alternativas de postura em relação ao acelerado avanço da tecnologia e da sociedade de massa, fortemente marcada pelos mecanismos de alienação e consumo. Com bases literárias bastante enraizadas, encontrou subsídios para se disseminar como uma nova proposta de reintegração homem/natureza e do conseqüente restabelecimento do equilíbrio ecológico. Em 1975, o escritor norte-americano Ernest Callenbach (1929-) lançou *Ecotopia: The Notebooks and Reports of William Weston*, cuja sociedade descrita pode ser considerada uma das primeiras utopias ecológicas da história contemporânea inspirada pela *Contra-Cultura* e pelo movimento ambientalista dos anos 70^x.

A importância dessa publicação não se encontra somente no seu valor literário^{xi}, mas também como imaginação viva de um estilo de vida ecológico apresentado em grande escala e de forma realista, expressando o papel que a utopia desempenhou na construção de um futuro alternativo ao que se processava nos anos 70 e, posteriormente, 80. Em 1981, Callenbach publicou *Ecotopia Emerging*, que funcionou como uma *prequel* àquele romance, descrevendo como essa nação sustentável pôde passar a existir e os problemas que enfrentou quando se decidiu implantar integralmente o programa ecológico. Segundo ele, suas maiores influências eram os escritos de Stewart Brandt (1938-), Ursula K. LeGuin (1929-) e John Todd (1939-); além de outras publicações ecotópicas (KASSMAN, 1997).

No âmbito das utopias, os anos 80 ainda viram surgir os *survivalistas*, termo que passou a designar aquelas pessoas que, antecipando uma ruptura radical da sociedade local, regional ou mundial, propõe-se a tomar medidas visando sobreviver (*to survive*) a situações drásticas imprevisíveis. Embora tendo acesso às facilidades da vida moderna, preparam-se para uma perda futura, tomando como bases acontecimentos históricos ou simplesmente se propondo a resistir em condições extremas, como em pleno mar ou sob um inverno intenso; ou ainda se oferecendo como voluntários para programas especiais do governo. As preocupações específicas de cada grupo dependeriam do tipo de risco a que se supõe estar correndo, enquadrando-se geralmente em três categorias: catástrofes naturais como terremotos, furacões ou fortes temporais; desastres de origem antrópica, tais como guerras, atentados terroristas ou poluição radioativa; e colapsos na estrutura sociopolítica, que resultariam em falta de combustível, água, comida ou outros bens e serviços (MITCHELL JUNIOR, 2004; CASTELNOU, 2005).

Entre as décadas de 1980 e 1990, surgiram em todo mundo, inclusive no Brasil, as ecotopias relacionadas à disputa pelo acesso, controle e gestão dos recursos naturais de forma democrática, o que caracterizaria a luta pela implantação de um modelo de *ecodesenvolvimento* (SACHS, 1986); de *ecodemocracia* (CARVALHO e SCOTTO, 1995), de *democracia ecológico-social* (BOFF, 1999) ou de *democracia ecológica* (MORRISON, 1995). Uma *democracia ecológico-social*, por exemplo, seria uma nova forma de vivência democrática, tanto como valor universal, quanto como forma de organização da sociedade, o que pressupõe a superação do antropocentrismo, bastante arraigado na cultura ocidental, reforçado pela interpretação hegemônica da tradição religiosa judaico-cristã; e a superação da concepção dominante de ciência, na qual saber é poder e poder é dominar, colocando todos os seres à disposição do uso humano (BOFF, 1999).

Contribuiu para a consolidação do pensamento ecológico a crescente afirmação do *Ecovillage Movement*, que teve como um dos principais estopins a publicação em 1991 de *Ecovillages and Sustainable Communities*, de Robert Gilman (1945-). Gilman pode ser considerado um visionário da sustentabilidade e, junto à sua esposa, Diane, propôs-se a pesquisar e escrever sobre *ecovillages*, fundamentando o caminho a que comumente se passou a chamar de *Global Ecovillage Network*, ou seja, uma rede internacional de “ecovilas” baseadas na idéia de uma vida comunitária em harmonia com a natureza. Também em 1991, publicou na revista *In Context* um artigo intitulado *The Ecovillage Challenge*, no qual definia *ecovillage* como “um assentamento completo e em escala humana, no qual as atividades humanas estivessem harmonicamente integradas ao mundo natural, de modo a possibilitar um desenvolvimento humano saudável e que permitisse ser continuado prosperamente no futuro indefinido” (GILMAN, 1991, p.10).

Esse conceito passou a ser a definição-chave do *Ecovillage Movement* que vem se expandido desde a década de 1990 e que se fundamenta em uma série de princípios ligados à sustentabilidade, à biodiversidade e à função ecossistêmica. A partir destes, organizaram-se inúmeras *ecovillages* em todo o mundo, como *Eartheaven*, fundada em 1994 na parte ocidental de North Carolina, EUA, em uma área de cerca de 320 acres, a Sudeste de Asheville. Imersa em uma região densamente arborizada e bastante fértil, foi prevista para 150 pessoas distribuídas em pouco mais de 50 moradias, possuindo hoje cerca de 60 membros que vivem comunitariamente a partir da agricultura local, praticando a autoconstrução e utilizando a medicina homeopática (ECODEVELOPER, 2010).

Muitas publicações ficcionais da década de 1990 conduziram ao chamado *eco-anarquismo*^{xii}, que pode ser definido como a corrente utópica contemporânea que rejeita a idéia de que a humanidade estaria acima – ou seria superior – do restante do mundo natural, pregando a criação de comunidades projetadas para funcionar junto às forças da

natureza e não contrárias a elas. Os eco-anarquistas defendem o surgimento e difusão de pequenas *ecovillages*, de, no máximo, 100 habitantes, que, segundo eles, teriam uma escala mais adequada à civilização, devendo a sociedade reorganizar sua infra-estrutura e sistema político para que este tipo de assentamento se difundisse (NOZICK, 1997).

Entre aqueles que aderiram ao movimento eco-anarquista, devem ser citados Murray Bookchin (1921-), John Zerzan (1943-) e Derrick Jensen (1960-), os quais possuem como pontos comuns fatores hierárquicos e econômicos vistos como chaves para a atual crise sócio-ambiental. Entretanto, é importante distinguir a chamada *green anarchy*, a qual focaliza sua crítica nas instituições de dominação que compõem a sociedade, ao cujo conjunto denomina genericamente de “civilização”. Para seus defensores, todas as instituições – Estado, capitalismo, globalização, ciência, patriarcado, etc. – são tanto exploradoras como destruidoras – seja do meio ambiente, seja do próprio ser humano – , não podendo ser reformadas. Rejeitam o progresso segundo as atuais direções políticas e defendem um governo e ações autônomas, além da insurreição e sabotagem, associadas ao bioregionalismo e reintegração ao mundo selvagem para uma significativa transformação social. Embora muitas vezes descritos como “anarquistas anti-civilização” ou simplesmente “anarco-primitivistas”, nem todos os defensores da *green anarchy* são primitivistas, apesar de muitos questionarem a civilização, a tecnologia e os métodos industriais^{xiii}.

A diferença entre o eco-anarquista e o primitivista está no foco que o primeiro coloca na formação de *ecovillages*, assim como no seu capital social, ao invés da tecnologia, sua aceitação ou rejeição. Já o que diferencia o eco-anarquista do anarquista “verde” consiste nos aspectos de descentralização e integridade ecológica, tanto ao nível da ecoregião como da *ecovillage* propriamente dita. Os anarquistas verdes compõem um movimento diverso e aberto de pessoas influenciadas por uma coleção de idéias e ações, das quais se destacam os pressupostos gerais do anarquismo, as preocupações socioambientais e as experiências feministas (CASTELNOU, 2005).

Considerações Finais

As utopias – sejam aquelas que buscam alcançar um amanhã melhor, projetando-se para o futuro, sejam as que tentam resgatar um paraíso perdido, inspirando-se no passado – não somente são as formas mais comuns de manifestação religiosa da vontade utópica, como também representam o cerne de toda a discussão ambiental contemporânea. Sua força mostra-se libertadora e válvula propulsora para a transformação da realidade que, não poucas vezes, através de seus acontecimentos e experiências, desmente – e faz desmoronarem – muitas das certezas, tornando-se um campo pragmático e estéril. Porém,

isto não invalida sua necessidade, da qual se impregna toda a atividade arquitetônica e urbanística.

A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar. A utopia é, assim, duplamente relativa. Por um lado, é uma chamada de atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe. Pertence à época pelo modo como se aparta dela. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe. Uma compreensão profunda da realidade é assim essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não colida com seu realismo (SOUSA SANTOS, 2005, p.323).

Entendido como guia e motor da imaginação, o pensamento utópico pode ser visto como a forma absoluta do desejo, dotado de um poder esclarecedor e dinâmico, mas que, ao mesmo tempo, caso não se considere o respeito ao ser humano, pode cair em uma armadilha por ele mesmo estabelecida, conduzindo a modelos de sociedades – de espaços; de futuros –, cuja própria lógica cerceia a expressão dessa liberdade de pensamento e ação do homem. Almejar um mundo onde humanidade e natureza integrem-se harmonicamente não deixa – ou deixará de ser – utopia, mas, hoje mais do que nunca, torna-se necessário a todos arquitetos e urbanistas, inclusive no Brasil, incluírem ecotopias em sua forma de pensar e agir.

Referências Bibliográficas

BARKIN, J. S.; SHAMBAUGH JUNIOR, G. E. **Anarchy and environment: the international relations of common pool resources**. New York: State University of New York – Suny Press, 1999.

BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOFF, L. **Ecologia, mundialização e espiritualidade**. 2. ed. São Paulo: Ática, Religião & Cidadania, 1999.

CAMPANELLA, T. **A Cidade do Sol**. São Paulo: Ícone, 2002.

CARANDELL, J. M. **Las utopias**. Barcelona: Salvat, 1974.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, v. I, 1995.

CASTELNOU, A. M. N. **Ecotopias urbanas: imagem e consumo dos parques curitibanos**. Curitiba: Tese (Meio Ambiente e Desenvolvimento), UFPR, 2005.

CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COFFEY, R. A. **Bogtrotter: notes from a North Country Cabin**. Boston Mass.: MSP Books, 1996.

ECODEVELOPER. Disponível em: <<http://www.ecodeveloper.com/ecovillage2.html>>. Acesso em: 10.dez.2010.

- GILMAN, R. *The ecovillage challenge*. In: **IN CONTEXT MAGAZINE**. Bainbridge Island, Washington: n. 29, 1991. p. 10-14.
- GUIMARÃES, P. P. **Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização**. São Paulo: ProLivros, 2004.
- HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- KASSMAN, K. **Envisioning Ecotopia: the U.S. green movement and the politics of radical social change**. New York: Praeger Publishers, 1997.
- KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. London: Thames & Hudson, 1991.
- LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, Perfil, 2002.
- MITCHELL JUNIOR, R. G. **Dancing at Armageddon: survivalism and chaos in modern times**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- MONESTIROLI, A. **La arquitectura de la realidad**. Barcelona: Ediciones del Serbal, Arquitectura/Teoría 2, 1993.
- MORUS, T. **Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MORRISON, R. **Ecological democracy**. Boston: South End Press, 1995.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NOZICK, R. **Anarchy, state and utopia**. New York: Harper USA, 1997.
- PAQUOT, T. **A utopia: ensaio acerca do ideal**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- RELPH, E. C. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- ROSENAU, H. **A cidade ideal: evolução arquitectónica na Europa**. Lisboa: Presença, 1988.
- RYKWERT, J. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SARGENT, L. T. **British and american utopian literature: 1516-1985**. New York: Garland, 1988.
- SOLERI, P. **Arcology: the city in the image of man**. 4. ed. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1983.
- SOUSA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SZACKI, J. **As utopias ou a felicidade imaginada**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1972.
- UTORONTO. **The society of utopian studies**. [On line]. Disponível em: <<http://www.utoronto.ca/utopia>>. Acesso em: 29.dez.2010.

ⁱ A palavra “utopia” foi utilizada pela primeira vez em 1516, quando Thomas Morus (1478-1535) publicou seu livro, no qual relatava a vida dos habitantes da ilha de *Utopia* ou *Ou-topos* – o “não-lugar”; lugar nenhum ou nenhures. Para ele, o Estado estaria fundado no socialismo econômico e na

tolerância religiosa, acolhendo a todos, independentemente das crenças, com exceção daqueles que não acreditavam em Deus ou na imortalidade da alma, estes “não dignos de viver em um Estado perfeito” (MORUS, 2004).

ⁱⁱ O termo *ecotopia* apareceu pela primeira vez em 1877 no livro *A Crystal Age*, do ornitologista e escritor naturalista britânico William H. Hudson (1841-1922), que ficou mais conhecido por seus romances exóticos, embora tenha escrito sobre ornitologia e ruralismo. Hudson alcançou a fama com seus romances sobre a zona rural inglesa, tais como *Hampshire Days* (1904) e *Afoot in England* (1909), inspirando o *Back-to-Nature Movement* das décadas de 1920 e 1930 (CASTELNOU, 2005).

ⁱⁱⁱ A literatura de viagens dos séculos XVI e XVII aproximou-se com frequência da fantasia, a qual se misturou com verdades que eram descobertas por homens criados no mundo fechado da Idade Média e que se estremeciam diante da estranheza do que viam. E aos poucos os utopistas passaram a se fixar em regiões geograficamente mais bem definidas onde descobriram um certo ideal: o ideal da vida em concordância com a natureza. De fantasia povoada por monstros e lendas de terras distantes, a utopia tornou-se idealização, chegando no século XVIII na completa apologia do “bom selvagem”, que vivia feliz, virtuoso e nobre, sem dor, e em contato contínuo com o mundo natural.

^{iv} Da primeira metade do século XVII, também devem ser citadas as obras *Novæ Solymæ Libri Sex* (1648), de Samuel Gott (1631-71); e *The Law of Freedom* (1652), de Gerrard Winstanley (1609-76). A partir daí, seguiram-se muitas obras literárias utópicas que evoluíram do relato de viagens fantásticas para a descoberta cada vez maior das características “positivas” nos costumes dos selvagens, tais como: *Histoire Comique des Estats et Empires de la Lune* (1657/62), de Cyrano de Bergerac (1619-55); *Mundus Subterraneus* (1664/78), de Athanasius Kircher (1601-80); *Robinson Crusoe* (1719), de Daniel Defoe (1660-1731); e *Supplément au Voyage de Bougainville* (1771/72), de Denis Diderot (1713-84), entre muitos outros.

^v No decorrer do século XIX, os utopistas passaram a usar repúblicas ou sociedades imaginárias para apresentar seus pontos de vista políticos, tais como G.A. Ellis, com *New Britain: A Narrative of a Journey* (1820), que expressava uma visão das comunidades experimentais norte-americanas; ou Robert Pemberton (1788-1879), com *The Happy Colony* (1854), que parodiava o movimento utópico britânico. Já Samuel Butler (1835-1902) fez *Erewhom* (1872), satirizando as injustiças da era vitoriana ao descrever uma sociedade, cujas leis, princípios morais e concepções científicas tinham se transformado na sua própria oposição. Também se destacaram as obras utopistas: *Progress and Poverty* (1880), de Henry George (1839-97); *Looking Backward: 2000 to 1887* (1888), de Edward Bellamy (1850-98); e *News from Nowhere* (1891), de William Morris (1834-96).

^{vi} Vale destacar as idéias do austríaco Theodor Hertzka (1845-?), que publicou em 1890 *Freiland*, em que propunha uma combinação do socialismo com o capitalismo para a criação de uma nova civilização na África Oriental. Outras obras utópicas também tiveram repercussão, como as de H. G. Wells (1866-1946): *Time Machine* (1895) e *A Modern Utopia* (1905). Deve-se citar ainda *The Coming City* (1902), de Richard T. Ely (1854-1943); e as antiutopias de Jack London (1876-1916) e de Yevgeny Zamyatin (1884-1937), este último através de *My* (1924) e *We* (1925), entre outras.

^{vii} Na década de 1940 e, principalmente, após a *Segunda Guerra Mundial* (1939/45), multiplicaram-se as publicações utopistas, tanto na poesia e literatura de ficção como na filosofia política e social, como: *Islandia* (1942), de Austin T. Wright (1883-1931); *The Open Society and its Enemies* (1945), de Karl Popper (1902-94); *Notes Toward a Definition of Culture* (1948), de T. S. Eliot (1888-1965); e *Animal Farm* (1948), de George Orwell (1903-50). Já nos anos 50, destacaram-se: *The Age of Longing* (1950), de Arthur Koestler (1905-83); *One: Escape to Nowhere* (1953), de David Karp (1922-99); *Fahrenheit 451* (1953), de Ray D. Bradbury (1920-); *The Measure of Man* (1954), de Joseph W. Krutch (1893-1970); *Obłok Magellana* (1955), de Stanislaw Lem (1921-); *Andromeda Nebula* (1957), de Ivan Antonovich Efremov (1907-72); *Paths to Utopia* (1958), de Martin Buber (1878-1965); e *Life Against Death* (1959), de Norman O. Brown (1913-2002) (SARGENT, 1988).

^{viii} Em 1947, Betty MacDonald (1908-58) lançou *The Egg and I*, que se tornaria um *bestseller* ao contar a história de seu casamento e posterior mudança para uma pequena fazenda na *Olympic Peninsula*, no Estado de Washington, EUA. Em 1948, o ecólogo Aldo Leopold (1886-1948) publicou *A Sand County Almanac*, uma comovente declaração ambientalista, a qual foi sucedida, seis anos depois, por *Living the Good Life* (1954), que contava sobre a mudança de seus autores, o casal Helen (1904-95) e Scott Nearing (1883-1983), para uma *cottage* perto de Vermont, onde adotaram um estilo de vida simples e auto-suficiente. Isto teria ocorrido devido ao ambiente da *Grande Depressão* e por influência das idéias de Henry David Thoreau (1817-62).

^{ix} Vivendo em comunidades agrárias, era comum a barganha, através de um sistema de trocas de bens e serviços, sem uso do dinheiro. Alguns desenvolviam atividades flexíveis, como escritor ou artista, enquanto outros mantinham empregos na cidade. Porém, aqueles que permaneceram no campo, somente puderam fazê-lo por três razões: possuíam uma fonte de renda externa; mantinham um relacionamento com alguém de mesmo nível de comprometimento; ou já tinham alguma familiaridade com a vida rural. A maioria estava despreparada para esse estilo de vida; e os problemas relacionados a custos – maquinário, sementes, suplementos e despesas domésticas –, além das opções limitadas de produção e distribuição, eram difíceis de resolver inclusive para fazendeiros natos. Isto fez com que muitos acabassem voltando a viver nas cidades; ou ao menos se integrassem às comunidades rurais mais próximas (COFFEY, 1996).

^x Situado no futuro, mais precisamente em 1999 – 25 anos depois do mundo vivenciado em 1974 –, o livro de Callenbach consistia no conjunto de relatórios e anotações do diário de William Weston, um repórter fictício que teria sido o primeiro a conhecer *Ecotopia*, um país recém-formado, após a queda dos EUA em 1980, que corresponderia aproximadamente aos territórios de Oregon, Washington e Norte da Califórnia. Juntamente com Weston, passava-se a conhecer o sistema de ferrovias daquele país, seu estilo de vida, forma de governo, esportes de guerra, relações de gênero, liberdade sexual, produção de energia, agricultura e assim por diante (KASSMAN, 1997).

^{xi} Depois desse livro, a expressão “ficção ecotópica” tornou-se um subgênero da ficção científica e da ficção utópica, no qual o autor posiciona-se em um mundo utópico ou distópico ao tratar de questões sobre conservação ou destruição do meio ambiente. Entre seus maiores representantes, pode ser citado o novelista Kim Stanley Robinson (1952-), por meio de suas trilogias *Three Californias* (1984/88/90) e *Mars* (1992/93/96). Na mesma categoria, podem ser incluídos os trabalhos do *ecofeminismo*, um movimento biocêntrico de bases sócio-culturais, para o qual haveria uma relação entre a opressão feminina e a degradação da natureza. Suas idéias podem ser constatadas em *Woman on the Edge of Time* (1976), uma novela feminista de ficção científica de Marge Piercy (1936-), em que a protagonista tem que agir para salvar o mundo futuro de uma alternativa única, distópica. Outros exemplos são: *The Handmaid's Tale* (1985), de Margaret Atwood (1939-); e *The Gate to Women's Country* (1988), de Sheri S. Tepper (1929-), entre outros.

^{xii} Em 1993, Lois Lowry (1937-) lançou *The Giver*, onde descrevia uma sociedade “perfeita” em um futuro distante, na qual a guerra, a doença e o medo foram totalmente eliminados ao custo de uma completa repressão das emoções humanas, da individualidade e do livre arbítrio. Em 1996, o manifesto *on line* intitulado *The Hedonistic Imperative*, de David Pearce, sublinhava como a engenharia genética e a nanotecnologia acabariam por suprimir todo o sofrimento da vida. Paralelamente, muitos filmes de conotações utópicas acabaram ocupando um lugar no imaginário humano, como *The Matrix* (1999), dos irmãos Andy (1967-) e Larry Wachowski (1965-), que descreve uma realidade virtual controlada por uma inteligência artificial (UTORONTO, 2010).

^{xiii} Partindo do pressuposto de que a civilização – vista pelos anarquistas “verdes” mais como um paradigma do que como algo material, ou seja, um conjunto formado pelas instituições dominadoras do homem – seria a responsável pela destruição do meio ambiente e da liberdade humana; a *green anarchy* considera a agricultura a culpada de sua existência, já que foi a domesticação de plantas, animais e pessoas, que favoreceu os excessos e as condições de estabelecimento daquelas instituições. Apesar disso, não defende um retorno à Idade da Pedra nem um estilo de vida similar aos nômades primitivos, preferindo questionar profundamente a realidade que nos foi dada, de modo a transformar esses questionamentos em uma práxis efetiva e criar novas comunidades onde aquelas instituições de dominação não existam ou que resistam às que hoje ainda atuam. Para seus representantes, não haveria nenhuma forma de tecnologia “neutra”, uma vez que todas as coisas são criadas dentro de certo contexto e segundo determinadas metas e funções (BARKIN e SHAMBAUGH JUNIOR, 1999).